



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Mak Soi Kun

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração o parecer da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Mak Soi Kun, de 7 de Julho de 2021, enviada a coberto do ofício n.º 812/E582/VI/GPAL/2021, da Assembleia Legislativa, de 26 de Julho de 2021 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 27 de Julho de 2021:

O Governo da RAEM acompanha a evolução dos tempos, continua a rever e a aprofundar os trabalhos da educação do amor pela Pátria e por Macau. Para que os alunos possam estudar História, de forma sistemática, a partir do ano lectivo de 2020/2021, esta disciplina tem vindo a ser, gradualmente, desenvolvida, de acordo com os anos de escolaridade, no âmbito das disciplinas independentes do ensino secundário geral e complementar. Actualmente, os conteúdos relacionados com a Constituição e a Lei Básica de Macau estão integrados nos planos de estudos da maioria dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior de Macau, como disciplinas obrigatórias ou opcionais. No futuro, de acordo com as orientações das “Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021-2030)”, do “Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior (2021-2030)” e da “Política de Juventude de Macau (2021-2030)”, será promovida, a vários níveis, a educação do amor pela Pátria e por Macau e aprofundados, de forma diversificada, os conhecimentos dos alunos e jovens sobre o espírito da Constituição e da Lei Básica de Macau, bem como sobre a importância da segurança nacional.



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

A Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) tem editado diversos materiais didácticos para apoiar as escolas e os docentes na realização de actividades pedagógicas. Entre eles, o material didáctico de “Educação Moral e Cívica”, que contém capítulos específicos que apresentam a situação geral do desenvolvimento nacional, a Constituição e a Lei Básica de Macau, bem como outros conteúdos sobre a segurança nacional. O material didáctico da disciplina de História (versão experimental), do ensino secundário, contém a história do Partido Comunista da China, desde a sua criação, em 1921 e integra a história de Macau, no contexto histórico da China, para permitir aos alunos compreenderem o processo de desenvolvimento da ligação entre Macau e a Pátria, bem como a prosperidade e a estabilidade de Macau sob o princípio “um país, dois sistemas”. Mais de 95% das escolas de Macau optaram por aquele material didáctico no ano lectivo de 2020/2021. A fim de reforçar a compreensão e o rigor dos conhecimentos dos alunos sobre a Constituição, a Lei Básica de Macau e o princípio “um país, dois sistemas”, bem como a importância da aplicação dos respectivos regimes para a manutenção da segurança nacional e o desenvolvimento estável da sociedade de Macau, a DSEDJ já deu início aos trabalhos de elaboração do material didáctico complementar sobre a Constituição e de revisão do material didáctico complementar sobre a Lei Básica de Macau, que serão lançados no ano lectivo de 2021/2022.

A DSEDJ tem desenvolvido, de forma contínua, acções de formação destinadas ao pessoal docente do ensino não superior, relacionadas com o amor pela Pátria e por Macau, a Constituição, a Lei Básica de Macau e a segurança nacional e, ao mesmo tempo, foram introduzidos os conteúdos no Plano de Formação de Novos Docentes e nos Cursos de Acção de Formação para Preparação de Quadros Médios e Superiores de Gestão



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

Escolar. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) lançou, em 2021, em conjunto com a DSEDJ, o Curso de Formação Jurídica para Docentes, para que os professores possam aprofundar os seus conhecimentos sobre a Constituição e a Lei Básica de Macau. Além disso, a DSEDJ promoveu a participação do pessoal docente no Plano de Formação de Mil Docentes de Excelência, organizado pelo Ministério da Educação da China, proporcionando-lhe oportunidades para conhecer, de forma aprofundada, os conceitos avançados de educação do Interior da China e as experiências de educação patriótica.

Todos os anos, a DSEDJ organiza a participação de docentes e de alunos das instituições de ensino superior e das escolas primárias e secundárias na Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional e realiza sessões de divulgação dos conceitos apresentados na Assembleia Popular Nacional e na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, a fim de promover o conhecimento dos jovens e alunos sobre o desenvolvimento e sucesso actual da Pátria. Em 2021, a DSEDJ lançou o “Projecto de Educação sobre a Extensão do Amor pela Pátria e por Macau”, através da Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens, para o planeamento de várias rotas de aprendizagem da História, de modo a que os alunos possam, de uma forma viva e dinâmica, conhecer e aprender a história e o desenvolvimento social da Pátria e de Macau. No ano lectivo de 2021/2022, as escolas serão incentivadas a criar a Semana de Divulgação Jurídica, em articulação com o Dia Nacional da Constituição, que terá lugar no dia 4 de Dezembro, no sentido de elevar os conhecimentos dos alunos sobre a generalização de conhecimentos jurídicos e cultivar o espírito do primado da lei.

A DSAJ tem realizado acções de divulgação jurídica por meios diversificados para destinatários diferentes, tendo como tema nuclear de



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

divulgação jurídica a Constituição e a Lei Básica de Macau. Em matéria de divulgação jurídica junto dos jovens, a DSAJ tem continuado a realizar palestras jurídicas nas escolas primárias e secundárias e nas instituições de ensino superior e lançou, também, várias actividades, em conjunto com a DSEDJ, incluindo a realização de palestras temáticas para as escolas, em articulação com a lei intitulada “Utilização e protecção da bandeira, emblema e hino nacionais”, recentemente revista e os diplomas complementares e, ainda, a realização de palestras de divulgação jurídica *online* com a Constituição como tema e da exposição temática sobre a Constituição e a Lei Básica de Macau, no contexto da Semana de Divulgação Jurídica da DSEDJ.

A DSEDJ publica, de dois em dois anos, o “Inquérito Social dos Indicadores da Juventude em Macau” e, de acordo com os resultados de 2018, mais de 90% dos jovens inquiridos estão orgulhosos do sucesso que o País alcançou até hoje, reconhecendo que o desenvolvimento nacional está intimamente ligado ao destino do indivíduo. De acordo com o inquérito no âmbito do “Índice Cognitivo de História e Cultura Chinesa para Alunos dos Ensinos Primário e Secundário em Macau”, realizado pelo Centro de História e Cultura Chinesas da Universidade de Macau, em 2019, o “índice de cognição” dos alunos dos ensinos primário e secundário de Macau, relativo à história e à cultura, tanto a nível nacional como local, aumentou em comparação com o ano de 2017.

Para efeitos de concretização da política “um país, dois sistemas” e garantir a implementação correcta da Lei Básica de Macau, o Governo da RAEM tem aperfeiçoado, constantemente, as leis e regulamentos complementares necessários para o cumprimento da Constituição e da Lei Básica de Macau, nomeadamente: a elaboração da Lei relativa à defesa da segurança do Estado; a alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia



(Tradução)

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育及青年發展局
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

Legislativa, fixando disposições em que os candidatos são obrigados a defender a Lei Básica de Macau e a demonstrar lealdade à RAEM; a alteração da Lei de Bases da Organização Judiciária, estabelecendo que os casos relativos à segurança nacional são obrigatoriamente julgados por juízes de nacionalidade chinesa. O Governo da RAEM irá continuar a rever e a estudar as leis e os regulamentos vigentes, com vista a implementar e cumprir, de forma plena, o princípio “Macau governado por patriotas”.

Aos 12 de Agosto de 2021.

O Director, Substituto

Teng Sio Hong
(Subdirector)